

Protocolo 5.088/2025

De: GUSTAVO DE LIMA ROCHA

Para: SEGED - SLAC - Setor de Licitações e Atos Contratuais

Data: 28/02/2025 às 14:48:26

Setores (CC):

SEGED - SLAC, SEGED - PRTC

Setores envolvidos:

SEGED - SLAC, SEGED - PRTC, SEINF - DCF, SEINF - GAB, PGM - LEC

Desistência de Prestação de Serviço

Entrada*:

Site

Prezados (as),

A licitante arrematou os lotes 8,9,10 e 11 do Pregão 30/2024, referente à locação de minicarregadeira.

Mediante recusa por parte da secretaria responsável referente ao equipamento do ano de 2019, ainda que este estivesse dentro do prazo de 05 anos contando a data de apresentação das propostas, entendeu-se que levaria em conta um maquinário a partir de 2020, em que pese o Termo de Referência não fixar a data prevista para contagem do prazo de 05 anos.

A empresa já destinou o equipamento para a Secretaria, porém, havia um protocolo aberto acerca da discussão sobre a estipulação da data a ser considerada, como pode ser observado no ofício 099/2025.

Na data de hoje foi indeferido o pedido de aceitabilidade do equipamento.

Ressalta-se que a empresa já havia disponibilizado 03 (três) equipamentos, os quais já estão trabalhando. Havia apenas a discussão quanto à este item.

Diante da inviabilidade técnica causada por fato superveniente, a empresa vem apresentar por meio do seu representante legal a desistência quanto ao item 08 do referido pregão, permanecendo assim a execução dos itens 09,10 e 11.

Reforçamos que a empresa buscou diligenciar a supressão das necessidades conforme previsto no Termo de Referência, mas foi surpreendida com a solicitação do maquinário contando como data retroativa o ano de 2025, considerando que o procedimento licitatório ocorreu em 2024.

Assim, em que pese a desistência deste item ser medida que se impõe, a empresa reafirma o compromisso com a municipalidade, colocando novamente em questão a possibilidade de revisão dos critérios de aceitabilidade do equipamento, caso necessário.

Protocolo 1- 5.088/2025

De: Nicolas M. - SEGED - SLAC

Para: PGM - LEC - Processos licitatórios e Contratos

Data: 28/02/2025 às 14:54:15

Setores (CC):

SEINF - GAB, PGM - LEC

Boa tarde,

Segue pedido de desistencia para análise e parecer juridico, bem como para conhecimento da secretária responsável pelo processo.

At.te,

—

Nicolas Ferreira Mazon

Gerente Operacional de Desburocratização

Setor de Licitações

Secretaria Municipal de Gestão e Desburocratização - SEGED

Protocolo 2- 5.088/2025

De: DEIVID A. - SEINF - GAB

Para: SEINF - DCF - Diretoria de Controle de Frota - A/C Cristiano R.

Data: 05/03/2025 às 10:10:15

Bom dia,

Para conhecimento e acompanhamento.

—

Atenciosamente,

Deivid Rafael Aquino
Secretário de Infraestrutura

Protocolo 3- 5.088/2025

De: Daiane N. - PGM - LEC

Para: SEGED - SLAC - Setor de Licitações e Atos Contratuais

Data: 05/03/2025 às 15:44:02

Boa tarde:

Segue para juntada da Ata de Registro de Preços que se referencia o pedido.

Att,

—

Daiane Leopoldina Nunes

ASSESSORA JURÍDICA ESPECIAL

Protocolo 4- 5.088/2025

De: Nicolas M. - SEGED - SLAC

Para: PGM - LEC - Processos licitatórios e Contratos

Data: 06/03/2025 às 14:32:03

Boa tarde,

Segue a ata solicitada.

At.te,

—

Nicolas Ferreira Mazon

Gerente Operacional de Desburocratização
Setor de Licitações
Secretaria Municipal de Gestão e Desburocratização - SEGED

Anexos:

Ata_106_2024_Processo_64_2024_GLR_2_.pdf



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA - SEINFRA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 64/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2024
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 106/2024

Aos 23 dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, o **MUNICÍPIO DE IMBITUBA**, por meio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA – SEINFRA**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ Nº 82.909.409/0001-90, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, bairro Centro, cidade de Imbituba, Santa Catarina, neste ato representado pelo Secretário Municipal Interino de Infraestrutura, Sr. **ANSELMO MORAES DE SOUZA**, inscrito no CPF sob o nº 023.223.649-47 abaixo assinado, , nos termos da Lei nº 14.133/21, e suas alterações posteriores, vigente e pertinente à matéria e o Decreto Municipal nº 114/2024, além das demais disposições legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico nº 30/2024, Proc. Administrativo 2161/2024, RESOLVE registrar os valores oferecidos pelo período de 1 (um) ano, conforme informações constantes no Edital e seu anexo I – Termo de Referência do referido Pregão, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participante	CPF/CNPJ
GLR INSTALADORA LTDA Rua Frei Menandro Kamps, nº 298, Sala II – Centro – Canoinhas/SC CEP 89460-096 e-mail: licitação@grupogm.net.br Telefone: 47 3624-0107	35.747.818/0001-57
Responsável Legal: GUSTAVO DE LIMA ROCHA	080.715.779-10

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO visando a “**CONTRATAÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTOR TIPO: CAMINHÃO CAÇAMBA, CAMINHÃO BASCULANTE E MÁQUINAS PESADAS, COM MANUTENÇÃO, MOTORISTA NO CASO DOS CAMINHÕES E OPERADOR NO CASO DAS MÁQUINAS PESADAS TODOS DEVIDAMENTE HABILITADOS, COM COMBUSTÍVEL EM TODOS OS CASOS, E COM HORÍMETRO EM TODOS OS EQUIPAMENTOS, PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DE IMBITUBA/SC**”, em um prazo que se estende por 1 (um) ano a partir da assinatura da presente Ata, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA - SEINFRA

ITENS	DESCRIÇÃO	UN. MED.	QTDE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	CAMINHÃO BASCULANTE, TIPO TOCO, 6 METROS CÚBICOS DE CAÇAMBA PARA 8 TONELADAS E DEMAIS ITENS EXIGIDOS PELO CONTRAN.	HS	1800	R\$ 157,00	R\$ 282.600,00
2	CAMINHÃO BASCULANTE, TIPO TOCO, 6 METROS CÚBICOS DE CAÇAMBA PARA 8 TONELADAS E DEMAIS ITENS EXIGIDOS PELO CONTRAN.	HS	1800	R\$ 157,00	R\$ 282.600,00
4	CAMINHÃO BASCULANTE, TIPO TOCO, 6 METROS CÚBICOS DE CAÇAMBA PARA 8 TONELADAS E DEMAIS ITENS EXIGIDOS PELO CONTRAN.	HS	1800	R\$ 157,00	R\$ 282.600,00
8	MINI CARREGADEIRA 4X4 POTÊNCIA MÍNIMA DE 40 CV, PESO OPERACIONAL DE NO MÍNIMO 2.200 KG, COM NO MÍNIMO 550 KG DE CARGA ÚTIL, COM NO MÍNIMO 3 IMPLEMENTOS E COM ENGATES RÁPIDO, MECÂNICO E HIDRÁULICO E DEMAIS ITENS EXIGIDOS PELO CONTRAN.	HS	1800	R\$ 150,00	R\$ 270.000,00
9	MINI CARREGADEIRA 4X4 POTÊNCIA MÍNIMA DE 40 CV, PESO OPERACIONAL DE NO MÍNIMO 2.200 KG, COM NO MÍNIMO 550 KG DE CARGA ÚTIL, COM NO MÍNIMO 3 IMPLEMENTOS E COM ENGATES RÁPIDO, MECÂNICO E HIDRÁULICO E DEMAIS ITENS EXIGIDOS PELO CONTRAN.	HS	1800	R\$ 150,00	R\$ 270.000,00
10	MINI CARREGADEIRA 4X4 POTÊNCIA MÍNIMA DE 40 CV, PESO OPERACIONAL DE NO MÍNIMO 2.200 KG, COM NO MÍNIMO 550 KG DE CARGA ÚTIL, COM NO MÍNIMO 3 IMPLEMENTOS E COM ENGATES RÁPIDO, MECÂNICO E HIDRÁULICO E DEMAIS ITENS EXIGIDOS PELO CONTRAN.	HS	1800	R\$ 150,00	R\$ 270.000,00
11	MINI CARREGADEIRA 4X4 POTÊNCIA MÍNIMA DE 40 CV, PESO OPERACIONAL DE NO MÍNIMO 2.200 KG, COM NO MÍNIMO 550 KG DE CARGA ÚTIL, COM NO MÍNIMO 3 IMPLEMENTOS E COM ENGATES RÁPIDO, MECÂNICO E HIDRÁULICO E DEMAIS ITENS EXIGIDOS PELO CONTRAN.	HS	1800	R\$ 173,50	R\$ 312.300,00
				TOTAL	R\$ 1.970.100,00

1.2 O valor estimado para a citada contratação pelo período de 1 (um) ano é de **R\$1.970.100,00 (um milhão, novecentos e setenta mil e cem reais)**

1.3 Os valores com os preços registrados encontram-se na proposta anexa à presente ata.

1.4 Os serviços deverão ser prestados de acordo com prazo e as especificações técnicas exigidas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1 A presente Ata terá validade de **1 (um) ano (23/12/2024 a 23/12/2025)** e poderá ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA - SEINFRA

2.2 A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

2.3 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.1 O gerenciamento deste instrumento caberá a **Secretaria Municipal de Infraestrutura – SEINFRA**.

3.2 Caberá ao órgão gerenciador promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO/EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 O objeto deverá ser cumprido independente das quantidades solicitadas, conforme a necessidade e solicitação expedida pelo setor requisitante, mediante emissão de Ordem de Compra/Nota de Empenho emitida pelo departamento de compras.

4.2 As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento/serviço, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

4.3 As aquisições registradas neste instrumento serão efetuadas através de Nota de Empenho emitida pelo Departamento de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Imbituba/SC, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

4.4 A Ordem de Compras/Nota de empenho será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar seu recebimento.

4.5 O fornecedor/contratado deverá dispor de materiais/serviços, equipamentos e pessoal necessários para execução/fornecimento do objeto.

4.6 Os produtos e/ou serviços deverão ser disponibilizados de acordo com a necessidade da contratante, pelo período de doze meses.

4.7 Todo o fornecimento deverá ser feito com emissão de nota fiscal, especificando o serviço, o produto, os quantitativos, valor unitário e total.

4.8 No caso de o fornecedor oficial contratar um prestador de serviços para a entrega dos produtos, será imprescindível que este tenha em seu poder a cópia dos procedimentos normativos constantes no edital.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA - SEINFRA

4.9 O objeto deste Edital deverá ser entregue/executado nos termos do item **5.2 do Termo de Referência**.

4.10 Cumprir na íntegra o Termo de Referência anexo ao Edital de PE nº 30/2024.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1 Como condição para emissão da Nota de Empenho e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- a)** Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- b)** Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- c)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

5.2 São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

5.2.1. Executar o fornecimento dentro dos padrões de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I do Edital – Termo de Referência, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

5.2.2. Cumprir a data da entrega, não sendo aceitos os serviços e/ou produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

5.2.3. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência a Prefeitura, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

5.2.4. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Prefeitura, no tocante ao fornecimento e qualidade do serviço, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

5.2.5. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.2.6. A falta de quaisquer dos serviços cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

5.2.7. Comunicar imediatamente à Prefeitura qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

5.2.8. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.2.9. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela Prefeitura;

5.2.10. Indenizar terceiros e/ou a PREFEITURA, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA - SEINFRA

parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.2.11. Executar fielmente o objeto do processo e cumprir todas as orientações do Contratante para o fiel desempenho da execução do serviço e/ou fornecimento contratado;

5.2.12. Comunicar ao Contratante, por escrito, quando verificar condições inadequadas de execução do objeto deste processo, bem como a iminência de fatos que possam prejudicar a sua perfeita execução, apresentando justificativas que serão objeto de apreciação pelo Contratante;

5.2.13. Manter a proposta ofertada na licitação, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, salvo ocorrência de fato superveniente devidamente comprovado.

5.2.14. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização por parte da Contratante, em hipótese alguma eximirá a Contratada de total responsabilidade quanto à execução dos serviços e/ou fornecimento e dos danos advindos desses.

5.2.15. A Contratante rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento do objeto executado em desacordo com o contrato;

5.2.16. A contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Secretaria Municipal de Imbituba ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

5.2.17. A contratada será responsável por todos e quaisquer encargos sociais, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto do presente (despesas com combustível, manutenção de ferramentas).

5.2.18. Cumprir na íntegra, independente de transcrição, as obrigações previstas no Edital e seus anexos.

5.2.19. Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente contrato.

5.2.20. Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comercial.

5.2.21. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessados.

5.2.22. Executar o objeto diretamente, sendo vedada a subcontratação.

5.2.23. A empresa vencedora será responsável por todas as obrigações sociais de proteção aos seus profissionais, bem como todas as despesas necessárias para a execução dos serviços contratados, incluindo despesas com deslocamento, estadia, alimentação, salário, encargos sociais, previdenciários, comerciais, trabalhistas, equipamentos de proteção individual e quaisquer outros que se fizerem necessários ao



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA - SEINFRA

cumprimento das obrigações decorrentes deste contrato, isentando integralmente o município.

5.2.24. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com a Contratante.

5.2.25. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, assim como manter a compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, devendo comunicar à CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do presente.

5.2.26. Os empregados em serviço possuirão vínculo empregatício exclusivamente com a CONTRATADA, sendo esta responsável pelo pagamento de salários e demais vantagens e recolhimento de todas as obrigações e tributos pertinentes, bem assim por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas, quando em serviço, na forma como a expressão é considerada nos artigos 3º e 6º do Regulamento do Seguro de Acidentes de Trabalho, aprovado pelo Decreto nº 61784, de 20 de novembro de 1987.

5.2.27. Fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor.

5.2.28. Responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital.

5.2.29. Providenciar à imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da prestação dos serviços e/ou fornecimento do objeto.

5.2.30. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento.

5.2.31. Manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração.

5.2.32. Estender aos contratos objeto da ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada.

5.2.33. Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado.

5.2.34. Mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta.



5.2.35. Demais obrigações estabelecidas no edital e no Termo de Referência.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

6.1 São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

- a)** Todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Prefeitura;
- b)** Todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo a PREFEITURA de qualquer solidariedade ou responsabilidade;
- c)** Todas e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas a PREFEITURA por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas a PREFEITURA, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente;
- d)** Arcar com todas as despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação, inclusive materiais, mão-de-obra, locomoção, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas, comerciais e outras decorrentes da execução dos serviços, sem qualquer relação de solidariedade ou subsidiariedade com a Contratante;
- e)** Manter durante o período de execução dos serviços e/ou fornecimento contratados, as condições de regularidade solicitadas quando da fase de habilitação;
- f)** Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo Contratante na prestação dos serviços e/ou fornecimento.
- g)** É de responsabilidade da empresa fornecedora a entrega dos produtos/serviços até o local que será determinado pela responsável. No caso de o fornecedor oficial contratar um prestador de serviços, quando permitido, para a entrega dos produtos, será imprescindível que este tenha em seu poder cópia dos procedimentos normativos constantes no edital.

6.2 O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 A CONTRATANTE obriga-se a:

7.1.1. Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada na prestação dos serviços e/ou fornecimento;



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA - SEINFRA

- 7.1.2.** Efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;
- 7.1.3.** Promover o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços e/ou fornecimento, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- 7.1.4.** Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto pela Contratada fora das especificações do contrato;
- 7.1.5.** Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- 7.1.6.** Prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- 7.1.7.** Demais condições constantes do edital de licitação;
- 7.1.8.** Indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os materiais/serviços;
- 7.1.9.** Permitir ao pessoal do contratado, acesso ao local da entrega e/ou execução dos serviços desde que observadas as normas de segurança;
- 7.1.10.** Município não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à FORNECEDORA.
- 7.1.11.** Caberá à Prefeitura promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.
- 7.1.12.** Cumprir com as demais obrigações na minuta de contrato, no Termo de Referência e outras previstas no contrato.
- 7.1.13.** O objeto desde termo deverá ser fiscalizado e conferido por servidor designado pela Contratante.
- 7.1.14.** A Gestão e a fiscalização serão efetuadas pelos servidores:

Gestor	Fiscais
Nome: Anselmo Moraes de Souza Cargo: Secretário Municipal Interino de Infraestrutura CPF: 023.223.649-67	Nome: André de Carvalho Francisco Matrícula: 12.338 - Região: Centro Nome: Valtinei Gonçalves Matrícula: 15.537 - Região: Oeste Nome: Lupcínio Benedito dos Santos Duarte Matrícula: 4.459 - Região: Norte Nome: Cláudio Weslen Oliveira da Cruz Matrícula: 14.144 - Região: Sul

- 7.1.15.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).



CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1 A CONTRATANTE efetuará o pagamento ao FORNECEDOR, conforme a entrega dos serviços e/ou fornecimento, em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente Ordem de Compra/Empenho, além de documentos comprobatórios contemplando detalhadamente todos os serviços realizados e/ou produtos entregues, incluindo registro fotográfico no que couber, comprovando a execução do objeto, atestado pelo fiscal de contrato e anuído pelo gestor da secretaria requisitante, visando cumprir com o previsto no Art. 63 de Lei Federal nº 4.320/64, na Instrução Normativa N.TC0020/2015 do Tribunal de Contas de Santa Catarina.

8.2 A CONTRATANTE reserva-se o direito de somente efetuar o pagamento ao fornecedor quando este houver cumprido a entrega da totalidade dos serviços/produtos que foram solicitados na ocasião, dentro das condições anteriormente citadas, mediante Ordem de Compra/Empenho.

8.3 Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

8.4 Para cada Autorização de Fornecimento/Nota de Empenho, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal/fatura.

8.5 Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

8.6 Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1 A ata de registro de preços poderá ser objeto de reequilíbrio econômico-financeiro sempre que os preços registrados tiverem alteração em relação aqueles praticados no mercado, no entanto, não será objeto de reajuste inflacionário, supressão ou acréscimo quantitativo ou qualitativo, sem prejuízo da incidência desses institutos aos contratos dela decorrente, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (art. 79, Dec. Municipal nº 114/2024).

9.2 Se o preço inicialmente registrado se tornar superior ao praticado no mercado, o Município de Imbituba negociará com o Fornecedor sua redução.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada nos seguintes casos:

10.1.1 Quando o fornecedor:

I Descumprir as condições da ata de registro de preços;



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA - SEINFRA

- II** Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- III** Não aceitar reduzir o preço de contrato decorrente da ata, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- IV** Sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV, do caput, do artigo 156, da Lei Federal Nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- V** Não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido.

10.1.2 Ou por razões de interesse públicas devidamente demonstradas e justificadas pelo Município de Imbituba.

10.1.3 Pelo Fornecedor:

- I.** Mediante solicitação por escrito, antes do pedido de fornecimento, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços;
- II.** Mediante solicitação por escrito, na ocorrência de fato superveniente, decorrentes de caso fortuito ou força maior.

10.1.4 Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com Aviso de Recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.1.5 A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município de Imbituba, facultando-se a este a aplicação das sanções previstas nesta Ata.

10.1.6 Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do Fornecedor, relativas ao fornecimento dos itens.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

11.1 Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

- a)** Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.
- b)** As contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES

12.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/21, o fornecedor que:

- 12.1.1** Dar causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços;
- 12.1.2** Dar causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 12.1.3** Dar causa à inexecução total da Ata de Registro de Preços;
- 12.1.4** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA - SEINFRA

12.1.5 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.6 Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.7 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.1.8 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.9 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 A licitante/adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

12.2.1 Advertência, notificada por meio de ofício, mediante contra recibo do representante legal da Empresa, estabelecendo o prazo de 5 (cinco) dias úteis para que apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da Administração;

12.2.2 Multa no percentual correspondente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso no cumprimento das obrigações assumidas, incidente sobre o valor dos serviços/fornecimentos não realizados, até a data do efetivo adimplemento, observado o limite de 30% (trinta por cento);

12.2.3 Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública e descredenciamento no Cadastro de Fornecedores de Imbituba, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

12.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.2.5 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

12.3 Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

12.4 O fornecedor aceita receber citações e intimações referentes a processos administrativos no e-mail informado com a proposta, devendo qualquer modificação no e-mail ser comunicada com antecedência, sob pena de se reputarem válidas as intimações enviadas, iniciando-se a contagem do prazo depois de cinco dias corridos do encaminhamento do e-mail.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

13.1 As despesas decorrentes da futura aquisição correrão por conta da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

II. Integram esta Ata, o Edital de Pregão Eletrônico nº 30/2024 e seus anexos e as propostas das empresas classificadas.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA - SEINFRA

III. As partes, bem como as testemunhas, admitem como válida a assinatura do presente instrumento contratual em forma eletrônica, utilizando sistema eletrônico com senha pessoal e intransferível capaz de comprovar a sua autoria e a integridade deste documento, na forma do § 2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

IV. O contratado deverá, obrigatoriamente, assinar digitalmente com certificação pelo ICP Brasil, ou gov.br (<https://www.gov.br/governodigital/pt-br/assinatura-eletronica>), todos os documentos decorrentes do processo licitatório, tais como as Atas de Registro de Preços, Contratos e/ou Aditivos e demais. Atendendo dispositivos da Lei nº 14.063/2020.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 As partes elegem o foro da Comarca de Imbituba/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da PREFEITURA.

Imbituba, 23 de dezembro de 2024.

GUSTAVO DE
LIMA
ROCHA:0807157
7910

Assinado de forma digital
por GUSTAVO DE LIMA
ROCHA:08071577910
Dados: 2025.01.01
08:12:46 -03'00'

GLR INSTALADORA LTDA
Representante Legal
CONTRATADA

MUNICÍPIO DE IMBITUBA
Secretário Municipal Interino de Infraestrutura
ANSELMO MORAES DE SOUZA
CONTRATANTE

Obs.: A presente Ata de Registro de Preços encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado em Diário Oficial.

De: Daiane N. - PGM - LEC

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 10/03/2025 às 16:34:26

Boa tarde:

A empresa requerente comunica a desistência de entrega do item 08, referente ao processo licitatório 64/2024, pregão eletrônico 30/2024, alegando que não dispõe do equipamento com o tempo de uso pedido em edital, e que discute tal questão por meio de protocolo autônomo, sendo que o Município negou a entrega de máquina fabricada em 2019.

Um dos princípios mais consagrados no Direito Administrativo, especificamente nas Licitações, é a vinculação ao instrumento convocatório e documentação correlata ao mesmo, publicadas no portal de compras públicas, local de acesso dos potenciais participantes do certame licitatório.

Tal raciocínio deriva da teoria principiológica estabelecida pelo artigo 5º da Lei 14.133/2021:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Ou seja, quando as empresas licitantes se cadastram para participação em determinado processo estão cientes das regras estabelecidas na documentação publicada, inclusive possuindo prazo para impugnação e interposição de recursos, respeitando o Direito ao Contraditório até a última fase do processo administrativo.

Sendo assim, não pode a requerente, após superado todo o processo legal, sem qualquer mácula, revogação ou anulação, realizar pedido insubsistente, pois é responsável por sua proposta e pela assinatura da Ata de Registro de Preços, vinculando-se à obrigatoriedade de execução plena dos itens contidos nela.

Quanto ao pedido em apreço, caso a empresa não cumpra com as obrigações contratuais, passo a dispor de orientação:

A conduta da empresa requerente infringe diretamente o disposto no art. 155 da Lei 14.133/2021, conforme segue:

Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

[...]

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

[...]

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

Ou seja, muito embora o fornecedor deve honrar com a proposta apresentada, consta a possibilidade legal de seu cancelamento, mediante o acontecimento de fato inesperado e devidamente justificado.

Ocorre que não verifico na justificativa do fornecedor, a possibilidade de acatar seu pedido sem a devida apuração de sua responsabilidade.

Assim sugiro, caso o fornecedor opte pelo descumprimento contratual, a sua rescisão, com a abertura de processo administrativo junto à comissão processante, a fim de apurar a conduta da empresa postulante.

Quanto ao fornecimento do item, cabe o chamamento do próximo colocado, com a negociação dos valores, a fim de obter a proposta mais vantajosa.

Sem mais a colaborar, fico à disposição para eventuais esclarecimentos.

Att,

—

Daiane Leopoldina Nunes

ASSESSORA JURÍDICA ESPECIAL

Protocolo 6- 5.088/2025

De: GUSTAVO DE LIMA ROCHA

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 10/03/2025 às 16:46:04

Prezados (as) boa tarde!

Apenas com relação ao parecer anterior, cabe destacar que o edital não determinou a data inicial para contagem do ano do maquinário, sendo esta discussão no protocolo em apartado. A licitação foi realizada em 2024, a ata foi assinada no primeiro dia de 2025, o que ensejou a exigência de maquinário ano 2020. A questão reside no fato de que se a ATA fosse assinada no último dia de 2024 seria aceito o equipamento 2019? Não vemos como descumprimento ao edital, mas sim fato superveniente que acabou prejudicando a entrega da proposta.

Sugerimos ainda que nos próximos editais conste a especificação da data que será utilizada como referência para contabilização do maquinário, se a assinatura da ATA ou a entrega das propostas.

Ficamos no aguardo dos próximos passos, reforçando nosso compromisso com o Município, e renovando nosso pedido de reconsideração.